

A BIBLIOTECA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO DO ADULTO E O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO: um diálogo de interações

THE PUBLIC LIBRARY IN ADULT EDUCATION AND THE LIBRARIAN'S ROLE: a dialogue of interactions

Everton da Silva Camillo | Claudio Marcondes de Castro Filho

Resumo: Apresenta um panorama propício sobre a atuação do profissional da informação na educação do adulto. Aponta sobre a responsabilidade social do profissional da informação, perpassando o contexto da internet e acesso à informação. Conclui com a consideração de que a biblioteca pública é um local voltado à alfabetização, tornando-se uma extensão do fazer educativo.

Palavras-chave: Alfabetização de adultos; Biblioteca pública; Papel do bibliotecário

Abstract: It presents an auspicious panorama about the information professional's performance in adult education. It points out the social responsibility of the information professional, passing through the context of the internet and access to information. It concludes with the consideration that the public library is a place for literacy, making it an extension of education.

Keywords: Adults' literacy; Public library; Librarian's role

1. Introdução

Parece ter ficado para trás o tempo em que educação de adultos significava, apenas, o resgate de uma dívida com o passado e limitava-se à alfabetização, em seu sentido restrito, isto é, aprendizagem das técnicas da leitura, da escrita e do cálculo elementar (BARROSO, 1998:XIII).

Assim como a ser tecida a discussão em torno do papel sociocultural e de cidadania da biblioteca pública que não pode estar apenas atrelado a função de intermediação da informação e cultura, mas também agir de forma educativa com o intuito de auxiliar no impacto da alfabetização de adultos, que ora, esses, além de não terem tido a possibilidade de alcançar seus estudos, devido um contexto particular socioeconômico, privilegiando em demanda de tempo outras dimensões de suas vidas, também enunciavam questões acerca do grau de escolaridade e a tão chamada “melhor idade para estudar” como forma de justificar a falta do processo de formação educativa (BARROSO, 1998:XIII).

Com os programas de educação de adultos houve o surgimento de cursos primários supletivos que funcionavam em prol da necessidade de desenvolvimento daqueles que até então se mostravam marginalizados quanto a educação, entretanto, esses cursos, segundo Barroso (1998:XIII), “desenvolviam-se nos mesmos moldes dos cursos regulares para crianças, isto é, utilizavam a mesma pedagogia, os mesmos métodos, o mesmo material didático, os mesmos programas, o mesmo professor”. Dessa forma, se tratando de diferenças entre a forma de ensino de crianças e adultos, “a única diferença consistia no horário em que eram oferecidos. Enquanto os regulares eram matutinos e vespertinos, os cursos supletivos, para jovens e adultos, eram noturno” (BARROSO, 1998:XIII).

Retomando o ambiente da biblioteca pública, como forma de pensa-lo em um ambiente propício ao cultivo da alfabetização, Barroso (1998) coloca que “o espaço educativo ultrapassa as paredes da escola e compreende todos os fatores e todos os elementos que possam contribuir para a formação da pessoa” (p. XV), isto é, mito é aquele que contempla apenas à escola o papel de educar, quando o objetivo também é permitir que outros ambientes igualmente façam-se valer não apenas pela transmissão do que eles têm como saber, mas também pela transformadora apropriação do que é dito.

Com isso, as bibliotecas expandem seu papel disseminando cultura e educação, socializando informações e conhecimento, oferecendo ambiente para o processo ensino aprendizagem sem as ameaças e os obstáculos intencionais que muitas vezes existem nas escolas, abrindo parcerias e atraindo lideranças comunitárias, ampliando sua função (BARROSO, 1998:XVII).

E funcionando com essa abordagem, entre a biblioteca pública como espaço educativo e a necessidade de “dar a palavra àquele que não a tem”, existe a vívida figura do profissional da informação: os bibliotecários que, aos olhos de Barroso (1998:XVIII), “[...] não são servidores da escolaridade, porém podem ser considerados como agentes capazes de transformar o mundo particular dos leitores”, pois “eles oferecem acesso a um universo coerente ou a um tipo de poder capaz de estruturar a incoerência através da linguagem”.

2. A biblioteca pública na educação do adulto e o papel do bibliotecário: um diálogo de interações

Barroso (1998:3) questiona: “O que tem feito as bibliotecas públicas em benefício daqueles que querem se alfabetizar?”.

Essa é uma abordagem constante que permeia no entendimento daqueles que não consideram que, segundo Suaiden (1995:19), “o objetivo da biblioteca pública é melhorar a qualidade de vida da comunidade” ou que “[...] seu objetivo principal é a formação do hábito da leitura” ou “sua missão é assistir aos usuários através de um acervo compatível com as necessidades da população”, mas o discernimento enquanto seu papel social transpassa simplórias interpretações, o que se exige pensar que, de acordo com Sanches (2013:105), “a democratização da informação torna-se estratégica para a inclusão social e redução das desigualdades”, visto que “as mudanças tecnológicas aumentaram a desigualdade social e o abismo na formação educacional entre os ricos e os pobres”. Isso motiva a concepção sobre a maior divulgação do tema em questão de propor uma expansão que venha considerar fortemente que “o espaço educativo ultrapassa as paredes da escola e compreende todos os fatores e todos os elementos que possam contribuir para a formação da pessoa” (BARROSO, 1998:XV) em prol do nivelamento intelectual e social das camadas sociais desprivilegiadas.

Entretanto, frente a essa realidade explicitada acima, cabe expor uma pergunta: por que uma biblioteca pública? A resposta, nesse sentido, se desenrolaria com base no porquê dela funcionar “como equipamento social que por meio da criação do hábito de leitura, dentre outras funções, concluiria em formação educativa”, estabelece Sanches (2013:114). Fato é que a biblioteca pública sempre esteve ligada à aprendizagem por meio do

compartilhamento do conhecimento e da informação, entretanto não houve oportunidade para que esta pudesse se significar como a biblioteca do povo, por mais que houvesse uma densa ideia quanto a democratização da informação.

A democratização, em termos políticas, bem como a evolução da economia, conferiu ênfase à técnica que se detinha entre o mecanismo industrial e a tecnologia, o que, de certa forma, passou a premiar o adulto com capacidade de leitura. Na verdade, a educação para o povo só começou a ser valorizada como processo sistemático quando a revolução industrial na Europa passou a exigir o domínio das técnicas de leitura e da escrita por parte de um número maior de pessoas, embora sua difusão se fizesse também com base em motivos religiosos; tornou-se ainda mais importante quando o desenvolvimento do capitalismo permitiu percebê-la como um instrumento de ascensão social (BARROSO, 1998:14).

Questiona-se: o que é fundamental no envolvimento da biblioteca pública em programas de alfabetização? Segundo as defesas de Ranganathan (1986:197 *apud* BARROSO, 1998:4), “as bibliotecas deveriam ser responsáveis por seu patrimônio bibliográfico, a fim de que o mesmo fosse utilizado pelos usuários que dele, realmente, estivessem necessitando”, corroborando com a sua responsabilidade institucional de manter atmosfera propícia às pesquisas que nela são desenvolvidas com base em seu acervo. Acerca disso, indicamos ainda que não apenas o tecer de papéis sobre sua função institucional, mas também quanto aqueles que, profissionalmente,, compõem o corpo multidisciplinar de uma unidade de informação dessa maneira, em especial, apontando a figura dos bibliotecários que, de fato, podem ser considerados agentes capazes de transformar o mundo particular dos leitores. O bibliotecário intermedia ações, propondo um universo coerente ao intermediado (BARROSO, 1998).

Além disso, paralelamente, mediante as concepções de Carr (1986:341 *apud* BARROSO, 1998:4), “jamais veremos um modo mais efetivo de ajudar o próximo, em termos existenciais, do que o modo como se comunicam o bibliotecário e o leitor dentro de uma biblioteca”; informação essa que reafirma o caráter íntimo e de proximidade favorável do profissional junto ao leitor. Uma relação benéfica de confiança que se estabelece entre esses dois agentes, o que permite que, como afirma Barroso (1998:5), “[...] o bibliotecário expanda o seu papel ao contribuir para que o usuário aumente a habilidade no processo de leitura” e que haja uma reafirmação de que os bibliotecários são agentes educadores, pois conduzem os usuários ao aprendizado.

Para Barroso (1998:10), “A biblioteca pública como o órgão capaz de dar palavra a quem não tem” deveria desenvolver uma atuação abrangente na alfabetização de adultos. Nesse sentido, o que é fundamental ter de contribuição da biblioteca pública em programas de alfabetização? Primeiramente enfatizamos que grandes são as feridas socialmente estabelecidas frente ao analfabetismo; esse é um problema que “não só ameaça a ordem econômica de uma sociedade, como também constitui profunda injustiça [...] como a incapacidade dos analfabetos tomarem decisões por si mesmos, ou de participarem do processo político” (BARROSO, 1998:16).

De acordo com a responsabilidade sociocultural da biblioteca, abrangendo o meio político onde o membro da comunidade pode fazer valer o seu direito, quanto a sua capacidade de promover a cidade, Castro (2013:9) afirma que

A biblioteca pública é um espaço de inserção dos sujeitos ao exercício da cidadania, auxiliando-os no desenvolvimento da criticidade e da criatividade e proporcionando diversas trocas de experiências, por isso sua importância cultural e social para a sociedade.

E quando um projeto acerca da biblioteca pública como educadora atuante toma sua completa e clara forma, como afirma Weffort (1992:11-34 *apud* BARROSO, 1998:20), “os alfabetizados nos círculos de cultura são também mais exigentes em relação às lideranças populistas, tendendo a ver mais claro entre suas promessas às massas e suas realizações efetivas”, isto é, ainda retomando Castro (2013, p. 9), o “desenvolvimento da criticidade e da criatividade” passam a se estabelecer na nova concepção do mundo daquele que as detêm.

O Manifesto da IFLA/UNESCO sobre a biblioteca pública (1994) nos mostra questões relacionadas com a aquisição de maiores habilidades de escrita, leitura e de operação numérica através da liberdade à informação garantida pela equidade de direitos, sem exclusão a outrem e que perfeitamente dialoga com a reprodução do Manifesto.

A biblioteca pública é uma mostra da fé que tem a democracia na educação de todos como um processo contínuo ao longo da vida, assim como na atitude de todo o mundo para conhecer as conquistas da humanidade no campo do saber e da cultura. A biblioteca pública é o principal meio de dar ao mundo livre acesso à soma dos conhecimentos e das ideias do homem às criações de sua imaginação. Sua missão consiste em renovar o espírito humano, suprimindo-o de livros para sua distração e recreio, ajudar o estudante e dar a conhecer a última informação técnica, científica e sociológica. A biblioteca pública há de estar fundada em virtude de textos legais, preciosos, concebidos de maneira que todos os habitantes de um país possam desfrutar de seus serviços. É indispensável que as bibliotecas procurem uma cooperação entre si para que a qualidade dos recursos nacionais possa ser utilizada plenamente e posta a serviço de qualquer leitor. Há de estar totalmente financiada por orçamento público e não há de exigir aos usuários nenhum pagamento por serviços. Para lograr completamente seus objetivos, a biblioteca pública tem de ser de fácil acesso e suas portas devem estar abertas para que a utilizem livremente e em igualdade de condições todos os membros da comunidade, sem distinção de raças, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social e nível de instrução (SUAIDEN, 1980:77-82).

Mesmo considerando a importância dessa instituição na condução sociocultural da sociedade, ainda tem sido dificultoso vincular a prática à teoria, considerando divergências entre o real e o fabuloso. Vale-nos indagar: o que temos feito, enquanto bibliotecas públicas, em favor dos recém-alfabetizados e daqueles apresentam déficit de leitura?

Barroso (1998) considera que há um entendimento colocado em jogo quanto à quem a biblioteca tem exclusivamente trabalhado, em matéria de considerar todas as funções da biblioteca – aliás, segundo Barroso (1998:24): “o que é entendido como funções da biblioteca pública?” – que estão em jogo no cenário da participação social onde é apontado pelo autor que as suas funções sempre estão atuando mais àqueles que fazem parte da minoria, caracterizando ao final uma minoria que se torna o não-público, isto é, poucos ainda buscam pelos seus serviços.

“O papel do bibliotecário também não é esquecido, recebendo um espaço nas preocupações da nova biblioteca proposta” (BARROSO, 1998:25).

Entretanto, sabemos que parte dessa compreensão deveria ser dada pelos dirigentes governamentais, oferecendo maior investimento às áreas que contemplam a educação e a cultura em prol de uma sociedade carente de conhecimento e informação em sua maioria. É possível apontar, de acordo com Suaiden (1995:31-32), alguns dos fatores que dificultam o desenvolvimento de bibliotecas públicas no Brasil como:

1. Falta de planejamento integrado e colaboração entre as bibliotecas, o que impede um melhor rendimento de recursos existentes;
2. Falta de conscientização dos governantes municipais quanto à importância que a biblioteca pública pode ter para o desenvolvimento sociocultural da comunidade;
3. Carência de recursos financeiros;
4. Carência de recursos humanos;
5. A falta de boas livrarias nos municípios, além de impossibilitar a motivação espontânea da produção pelo hábito de ler, dificulta sobremaneira a atuação dos responsáveis pelas bibliotecas locais, através das poucas opções oferecidas para a aquisição dos acervos e o preço excessivo que normalmente é cobrado. O Brasil possui cerca de 800 livrarias, 90% das quais estão localizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Exercer um papel de relevância social é fator primordial para formar cidadãos aptos às realidades a que estão a parte, então é nessa guinada que a biblioteca, segundo Barroso (1998:26):

[...] com relação aos programas de educação e de cultura popular em geral e não apenas de alfabetização de adultos, [...] é aprendida tanto por educadoras e educadores numa posição ingênua, ou astutamente ingênua, quanto por aquelas e aqueles que se inserem numa perspectiva.

Dialogando com a biblioteca Barroso (1998:27) propõe que esta deve ser tratada “[...] como um centro cultural e não como um depósito de livros, entretanto “devemos estar conscientes de que não será somente através do combate ao analfabetismo que conseguiremos vencer a injustiça social”.

3. A responsabilidade social do profissional da informação

Historicamente, a prática da responsabilidade social do bibliotecário sempre esteve voltada aos cuidados do acervo, função reconhecida pela sociedade e interiorizada pelos próprios profissionais. Recentemente, tais práticas se estendem às necessidades informacionais dos indivíduos e ao papel de mediador da informação, na busca de soluções para esses problemas. Assim, a responsabilidade social do bibliotecário passa de organizador de acervo com

vistas à sua preservação para difusão da informação, gestor do conhecimento e líder e agente educacional (SANCHES, 2013:111).

Deparando-se com um ponto ao tocante da realidade, mas despercebidamente, entretanto, existente, o advento da internet que tomou conta dos nossos dias iniciando a pequenos passos a sua jornada na influência dos afazeres e maneiras sobre como conduzimos os dias. Ninguém sabe aonde chegaremos com tamanha influência, mas novidades que interferem desde ações simples do cotidiano até as mais complexas continuam a ser lançadas.

Sanches (2013) considera o conhecimento como uma ferramenta estratégica de dominação, e a internet, nesse mote, tem permitido um novo paradigma no processo de produção e difusão da informação. Aqui, consideramos a inserção do profissional da informação nesse contexto, pois a ele habilidades e competências são necessárias para atuar como mediador da informação, contribuindo para a inclusão das pessoas. Essa reflexão leva-nos a considerar o porvir de uma sociedade mais livre e igualitária.

No âmago da sua ciência, Barroso (1998) resgata que a transmissão do conhecimento para aqueles que dele necessitam é, de fato, uma responsabilidade social, e essa responsabilidade parece ser o verdadeiro fundamento da Ciência da Informação”, estando “baseada na satisfação das necessidades informacionais das pessoas” (SANCHES, 2013:110).

Ao mesmo tempo em que se renovam as necessidades de informação, é evidente que o profissional da informação deve se ocupar em espaços de notória importância, tanto no setor público quanto no privado, em diversas modalidades e unidades informacionais.

O bibliotecário diante do novo contexto informacional atua na regulação do fluxo de informação presentes na sociedade, de forma a mapear os pontos de utilização da informação, identificando onde há falta de informação e onde há excessos. Analisando as informações, seus tipos e formatos, ele fabrica produtos informacionais, para a sociedade e organização, tendo em vista a utilização das informações visando o livre fluxo (MORAES e LUCAS, 2012:7 *apud* SANCHES, 2013:111-112).

Ora, então o papel social dos profissionais da informação se configura em torno da facilitação e escoamento da informação e, com efeito, aprimorar o setor para que ele também cumpra o seu papel.

Como temos visto sobre o papel social exercido pelo bibliotecário, outros, além dos empreendidos na resolução de problemas sociais, fazem parte do seu campo de atuação. Democratizar a informação juntamente com questões éticas e sociais está intimamente ligado ao profissional da informação.

Considerações finais

As bibliotecas públicas têm interesse em formar uma clientela adicional de usuários que são analfabetos funcionais. Este é um segmento de público cujas

necessidades de informação são tão importantes quanto as de outras pessoas. Contudo, neste nosso mundo orientado pelo texto impresso, os adultos analfabetos funcionais necessitam muito da ajuda de uma biblioteca pública (BARROSO, 1998:41).

É na biblioteca que o ambiente propício à criação se dá, pois ele abarca um imaginário onde ali tudo pode acontecer: ensinar e ser ensinado. É nessa instituição de importante destaque onde “o usuário-aluno não é submetido a testes, sem a obrigação de sentar nas velhas carteiras, que recordam o antigo primário” (BARROSO, 1998:41) e cooperam para o entendimento de que é na biblioteca que tais eventos como estímulo devem ocorrer e, sobretudo, reafirmado que a aprendizagem deve ter tonalidade de gratuidade.

“Não se deve esquecer que a utilização da biblioteca pública como um local também voltado para a alfabetização de adultos se constitui num tipo de expansão educacional praticamente desconhecido no Brasil” (BARROSO, 1998:42), entretanto existente há um período considerável em países como Estados Unidos e Canadá.

Mediante aquilo discutido sobre possibilidade de utilizar o ambiente bibliotecário como local de extensão da educação, é

Igualmente oportuno [...] ressaltar que a biblioteca pública é capaz, como nenhum outro órgão, de abranger as várias fases etárias de seus usuários, além de ser o órgão por excelência capaz de criar uma comunidade de leitores (ANDRADE, 1989:123 *apud* BARROSO, 1998:43).

Assim, quebra-se o velho, inibidor e desencorajador mito social de que já é idade para estudar.

Referências bibliográficas

BARROSO, M. A.

1998 *A Biblioteca pública na educação do adulto*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1998.

CASTRO, P. A.

2013 *Ação cultural e social na Biblioteca Olavo Bilac*. 2013.

Monografia - Bacharelado em Biblioteconomia e Ciências da Informação e da Documentação da Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto.

IFLA

[19--] *Manifesto IFLA/UNESCO sobre biblioteca pública*. [Em linha]. [19--]. [Consult. 30 abr. 2017].

Disponível em: <https://www.ifla.org/archive/VII/s8/unesco/port.htm>.

SANCHES, R. R.

2013 *Responsabilidade social do profissional da informação em uma sociedade da informação: do monopólio do conhecimento à liberdade de informação*. In CASTRO

FILHO, C. M. - *Olhares sobre o profissional da Ciência da Informação*. São Paulo: Todas as Musas, 2013.

SUAIDEN, E.

1995 *Biblioteca pública e informação à comunidade*. São Paulo: Global, 1995.

Everton da Silva Camillo | evertonscamillo@outlook.com

Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Cláudio Marcondes de Castro Filho | claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

Universidade de São Paulo (USP), Brasil